

# **Ressocialização como transformação: um estudo etnometodológico do sistema de justiça juvenil<sup>1</sup>**

Lucas Caetano Pereira de Oliveira (Doutorando PPGS/UFMG)

Bráulio Figueiredo Alves da Silva (Professor Adjunto Dep. Sociologia/UFMG)

## **Resumo**

O dispositivo de sanções com tempo indeterminado contido no ECA, traz o pressuposto de que, ao longo da medida, a situação inicial do adolescente será modificada. Neste quadro, a avaliação técnica sobre o acontecimento dessa ‘transformação’, adquire então uma grande importância, pois, fundamenta a decisão dos juízes sobre o término da Medida Socioeducativa. Apoiado nas recomendações de Cicourel (1968) para o trabalho com documentos e estatísticas oficiais, este trabalho pretende descrever as teorias, explicações e tipificações usadas pelos operadores do Sistema de Justiça Juvenil para interpretar os casos sob o ponto de vista do acontecimento ou não de uma ‘transformação’ que aponte para a interrupção da trajetória infracional e suas realizações práticas com o objetivo para causar essas mudanças.

## **Palavras Chave**

Sistema de justiça juvenil; medidas socioeducativas; etnometodologia; análise documental; burocracia racional-legal

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Antropologia do Direito (ENADIR) durante o GT 09 - Etnografias sobre Justiça e Criminalidade.

## Introdução

O ideal de sanções pedagógicas aliado ao dispositivo das sentenças indeterminadas adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente traz a necessidade de avaliações contínuas sobre o cumprimento das medidas socioeducativas (MSE) e de se produzir, em algum momento, a decisão sobre o encerramento destas.

Nesse dispositivo, há o pressuposto de que, ao longo da medida, a situação inicial do adolescente será modificada. A avaliação técnica sobre o acontecimento dessa transformação fundamenta a decisão dos juízes sobre o término da MSE. Este é o contexto da instituição do Plano Individual de Atendimento (PIA) pela lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas.

Essa lei estabelece que o PIA deve ser obrigatoriamente elaborado para todos os adolescentes que passam pelo Sistema de Justiça Juvenil a partir do atendimento técnico realizado nas instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas. Esse instrumento tem o objetivo de orientar a realização de um diagnóstico interdisciplinar a partir de um estudo de caso que explora as trajetórias infracional, familiar, escolar, laboral e médica dos adolescentes para orientar o cumprimento das medidas. O PIA também é uma espécie de contrato entre os técnicos do socioeducativo, o adolescente e seus familiares, uma vez que estabelece algumas metas e objetivos a serem cumpridos durante o período de execução da medida. Trata-se, portanto, de um documento que é parte dos processos levados a cabo por uma burocracia racional-legal e que se embasa em informações de cunho biográfico e contextual.

O objetivo da equipe técnica na construção do PIA é elaborar descrições convincentes e tecer inferências válidas sobre o que aconteceu para justificar as ações da equipe e fomentar as decisões judiciais. Assim, esses relatórios também são uma forma que os juízes têm de avaliar e fiscalizar o trabalho realizado no âmbito da aplicação das medidas socioeducativas (ALMEIDA, 2017). Segundo Almeida (2017), os juízes consideram que os efeitos da medida são dependentes da qualidade do trabalho das equipes, de modo que o PIA é uma importante ferramenta de *accountability* institucional.

Desse modo, o relatório não apresenta só o adolescente, mas também o trabalho da equipe a partir de um relato que deve ser fechado e coerente sem discordâncias ou brechas.

Assim, existe uma preocupação com a qualidade do relatório, uma vez que este pode vir a ser questionado ou mesmo negado pelo juiz. Por conta disso, os PIAs também são um problema prático e burocrático já que a produção de relatórios demanda um volumoso trabalho por conta do grande número de adolescentes pelos quais um único profissional pode ser responsável (ALMEIDA, 2017) (MOREIRA ET AL, 2015).

Almeida (2017) em sua pesquisa na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), instituição responsável pela aplicação das medidas de internação no estado de São Paulo, identificou três tipos de prontuários: o prontuário inicial, que geralmente é elaborado na unidade de internação provisória, antes da sentença), relatórios de acompanhamento (produzidos nas unidades de internação) e o relatório conclusivo. Os relatórios iniciais são compostos principalmente por dois tipos de informações: características e trajetória do adolescente e sua família e evidências das causas que levaram o adolescente a cometer a infração.

No relatório de acompanhamento, a maior parte das informações inseridas são vinculadas a evidências do trabalho desenvolvido com o adolescente de modo a elaborar a razoabilidade das ações institucionais adolescentes. Neste sentido, as atividades e encaminhamentos são formuladas como meio de intervir no comportamento dos adolescentes, sendo a rotina institucional planejada o meio para a transformação. Da mesma forma, dificuldades de adaptação ao ambiente institucional e os conflitos surgidos neste meio funcionam como um indicador para a equipe técnica de que esta transformação ainda não está em processo.

Para Malvasi (2012), o corpo técnico do socioeducativo procura intervir nos comportamentos de risco e estados vulneráveis através de orientações para uma vida saudável e da construção de normativas de cidadania e subjetividade. Desse modo, o bom comportamento e a adesão do jovem à escola, aos cursos profissionalizantes e até mesmo aos tratamentos de toxicodependência indicariam sua disposição para esse processo de transformação. Além disso, essa transformação passa por aquilo que os técnicos do socioeducativo nomeiam de “processo de responsabilização” ou “crítica”, no qual os jovens sob intervenção devem produzir uma reflexão sobre seus atos infracionais e sobre seu curso de vida, reconhecendo sua situação vulnerável e sinalizando seu desejo de construir um projeto de vida alinhado com as normativas do socioeducativo (ALMEIDA 2017). A consolidação desse processo funcionaria como uma

condição necessária para o encerramento da medida e para a não reincidência na prática infracional.

Por fim, segundo Almeida (2017), o relatório conclusivo se diferencia dos demais por ser mais coeso e conter a sugestão de encerramento da medida. Este exhibe claramente o esforço para a construção de um relato coerente, isso porque é o único tipo de relatório que contém de maneira explícita a construção de uma decisão. As avaliações sobre o adolescente e a situação familiar são majoritariamente positivas e a decisão de encerrar a medida é formulada a partir da avaliação de que uma situação inicial foi alterada durante a medida e como resultado dela. Neste sentido, relata-se a transformação de atributos individuais, como a obediência às regras e a reflexão e responsabilização sobre escolhas e ações pregressas.

No entanto, seguir as regras e expectativas institucionais ou mesmo apresentar alguma reflexão sobre correção de um determinado ato pode não significar uma interrupção da trajetória infracional ou uma real conversão subjetiva ao projeto de vida preconizado pelo socioeducativo. Devemos considerar que em um primeiro contato com o Sistema de Justiça Juvenil, é possível que impere uma lógica de suspeição na situação de entrevista entre o técnico do socioeducativo e o jovem autor de ato infracional. Isso possivelmente modula o relato de vida feito, fazendo-o se aproximar daquilo que Bourdieu (2006) chama de “modelo oficial de si”, na qual o sujeito se apresenta como um conformista e o ato infracional como um mal-entendido ou um acidente de percurso. Isso é demonstrado através do desenvolvimento de estratégias de resistência, como a dissimulação de comportamentos e a manipulação da identidade por parte dos adolescentes. (ALMEIDA, 2016). Apesar disso, sucessivos contatos com o Sistema Socioeducativo podem desarticular essa capacidade de manipulação, uma vez que a cada passagem mais informações sobre o sujeito são geradas e confrontadas com as presentes no seu histórico (GOFFMAN, 1975).

### **Estudo de documentos oficiais e etnometodologia**

Apesar de ser uma fonte rica de informação, o trabalho com um documento oficial como o PIA se revela um desafio em função dos cuidados metodológicos e epistemológicos exigidos. Cicourel (1968) recomenda cautela no uso de documentos e estatísticas oficiais e outros tipos de dados secundários no campo da sociologia do desvio. Uma das razões para essa atitude reside no fato de que nem todos os desviantes são apreendidos, classificados e contabilizados. Uma pessoa

pode passar toda a adolescência cometendo pequenos delitos sem nunca ser apreendida, ou ainda, ser apreendida por um único delito mesmo tendo uma longa trajetória infracional. Isso representa uma limitação nas generalizações que podemos fazer tendo como base esse tipo de dados.

Neste contexto, devemos considerar a existência de toda uma série de filtros organizacionais entre o cometimento de um ato e sua sanção oficial, sendo que cada estágio representa uma contingência em relação ao próximo. Assim, esses dados revelam mais sobre a relação entre várias instituições do Estado e certa parcela da população do que sobre os indivíduos isolados representados na amostra.

Além disso, Cicourel (1968) adverte que não devemos ignorar o trabalho interpretativo dos atores responsáveis pela produção da informação e o emprego de categorias e teorias de senso comum para produzir relatos coerentes sobre “aquilo que aconteceu”. Quando o pesquisador ignora esse trabalho interpretativo, ele incorre em um erro de produzir teorias e explicações que subscrevem as tipificações nativas utilizadas na produção dos documentos institucionais. Assim, a objetividade, a racionalidade e a facticidade não devem ser concebidas como atributos intrínsecos dos documentos, mas como realizações práticas dos atores que os produzem e os utilizam em contextos organizacionais específicos.

À medida em que essas ações práticas podem ser relatadas podemos observar e descrever o seu caráter reflexivo, isto é, aquilo que as pessoas conhecem e os métodos utilizados para produzir este conhecimento e dar sentido ao mundo social. Desse modo, com fortes inspirações na fenomenologia, a etnometodologia busca questionar este mundo tal qual ele se apresenta em busca de explicitar os fenômenos psicossociais nos quais estamos imersos.

Inspirados por estes *insights* teóricos formulamos algumas questões para guiar nossas reflexões neste trabalho:

- 1) Quais as teorias e tipificações usadas pelos operadores do Sistema de Justiça Juvenil para interpretar o que levou ao desenvolvimento de uma trajetória infracional?
- 2) Quais realizações práticas emergem no sentido de causar ‘transformações’ no comportamento do adolescente?

- 3) Quais as teorias e tipificações para apontar o acontecimento ou não de uma ‘transformação’ que aponte para a interrupção da trajetória infracional ?

## **Metodologia**

Para a realização deste trabalho nos apossamos do robusto banco de dados construído no âmbito da pesquisa “Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção” (CRISP/UFMG, 2016). A amostragem de 373 casos foi feita por conveniência e recolheu, entre os meses de novembro e dezembro de 2016, dados quantitativos e qualitativos através de análise documental dos PIAS inseridos nos processos que transitaram em julgado na Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte.

As informações quantitativas reunidas no PIA contemplam variáveis como sexo, raça, idade, endereço, escolaridade, passagens por instituições da rede de assistência social, uso de drogas; além de informações relativas à trajetória infracional - como tipo de ato infracional, data de cometimento e medida socioeducativa aplicada - bem como informações relativas à composição familiar (número de membros, idade, renda, escolaridade e ocupação de cada membro da família). A parte qualitativa conta com relatórios em que os técnicos do socioeducativo tecem um relato que descreve as trajetórias dos adolescentes atendidos do nascimento até o momento daquela passagem pelo Sistema de Justiça Juvenil. Essa narrativa é estruturada com base nos seguintes eixos: ato e trajetória infracional, família, relações sociais, escolarização, profissionalização e trabalho, cultura esporte e lazer e saúde. Para análise do material qualitativo realizamos uma análise de conteúdo temática através do software Atlas.TI

## **Discussão**

Na Vara Infância e Juventude de Belo Horizonte, verificamos que o modelo do PIA muda conforme o grau de restrição de liberdade imposto pela medida socioeducativa. As medidas de meio aberto executadas em âmbito municipal (advertência, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) contam com um modelo de PIA mais enxuto, semelhante ao relatório inicial

descrito por Almeida (2017). Já o modelo do PIA referente às medidas executadas em âmbito estadual (semiliberdade e internação) é expandido e assemelha-se com a descrição dos relatórios de acompanhamento (ALMEIDA, 2017). Desse modo, este conta com algumas questões a mais e com uma parte qualitativa mais rica em detalhes.

Além disso, em conversa informal com uma ex-funcionária da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUAASE/MG), que fez parte da quarta fase do projeto na qual esta pesquisa se insere, descobrimos que o relatório de conclusão da medida é efetuado por meio de outro documento. Apesar disso, a tipologia de Almeida (2017) nos é útil para compreender o contexto prático da elaboração dos documentos analisados no escopo desta pesquisa.

Os relatórios classificados como iniciais, dizem respeito às medidas em meio aberto e relatam as características e trajetórias do adolescente e sua família, além de trazer elementos sobre as causas que levaram o adolescente a cometer a infração. É comum haver semelhanças entre relatórios iniciais de diferentes adolescentes. Também é comum o apontamento de 'problemas na vida e trajetórias' dos adolescentes, sendo estes muitas vezes apontados como fatores que contribuíram para o adolescente cometer a infração. Assim, elabora-se uma série de demandas de encaminhamentos a instituições da assistência social, ONG's e outras instituições ligadas a programas de primeiro emprego, como forma de 'corrigir' o curso de vida desses jovens. Apesar dessa estrutura, os relatos iniciais são rasos e denotam um baixo investimento dos operadores para a compreensão da situação do adolescente.

Isto é ilustrado pelo caso abaixo reproduzido na íntegra, uma vez que, o profissional responsável pela elaboração do PIA, sem muitos detalhes, busca sensibilizar o jovem sobre a importância dos eixos que compõem a medida socioeducativa, ao mesmo tempo em que enfatiza o papel do adolescente na efetivação dos encaminhamentos.

**Considerações técnicas sobre o ato e a trajetória infracional:** No que tange ao ato infracional, o jovem relata que foi por impulso de raiva, algo momentâneo pelo qual se arrepende.

**Considerações técnicas sobre a família e relações sociais:** ele compareceu ao serviço acompanhado da sua genitora para dar início ao cumprimento da determinação judicial da medida socioeducativa de prestação de serviços comunitários. Segundo relataram, o relacionamento familiar é tranquilo, o jovem reside com a genitora [nome da genitora] de 35 anos, manicure e autônoma, com o irmão de 19 anos, com a avó de 60 anos, com 3 primos e ainda com um tio. Com seu pai, o adolescente relatou pouco contato.

**Considerações técnicas sobre escolarização profissionalização e trabalho:** Sobre os estudos, ele relatou que iniciou o primeiro ano do ensino médio em 2014, mas não concluiu. Demonstra muito desinteresse em voltar a estudar, o serviço está tratando a questão com ele. O jovem relata que só vai voltar a estudar em 2015.

Sobre cursos profissionalizantes, trabalho, atividades culturais e esportivas o jovem ainda não demonstrou interesse, o que também tem sido tratado com ele

**Considerações técnicas sobre a saúde:** Sobre saúde, o jovem relata ter boa saúde e que faz uso de maconha. O serviço realizou encaminhamento com médico clínico geral e informou sobre dois equipamentos que tratam a dependência química. Até agora ele não efetivou os encaminhamentos. [P242 - 17 anos, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M]

Nos relatórios mais extensos analisados, as informações relatadas de modo a ligar o trabalho desenvolvido com a adolescente às realizações práticas dos operadores da MSE. No caso do eixo profissionalização e trabalho, por exemplo, os relatos de experiências laborais e de cursos realizados anteriormente são apresentados antes dos encaminhamentos realizados pelos técnicos do socioeducativo. Essa forma de redação funciona como uma forma de justificar a ação tomada pela equipe diante da demanda ou do contexto do adolescente. Isso pode ser verificado no trecho a seguir:

Com relação à questão profissional, o adolescente diz que nunca trabalhou. Dentro dos atendimentos, foi explorado junto ao jovem suas potencialidades e preferências e, a partir disso, o mesmo foi encaminhado para o curso de mecânica de motos na ONG [nome da instituição], para a realização do curso. [P19 - , Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F]

No relatório de acompanhamento, as características da família, da trajetória e do comportamento do adolescente são relatadas de modo mais denso e vinculadas às medidas tomadas pela equipe, como encaminhamentos ou visitas domiciliares. No trecho abaixo, a ocorrência de conflitos na trajetória escolar do adolescente e a mobilização de uma noção sobre comportamento infantilizado são usados como justificativa para a posição de cautela dos técnicos com relação ao encaminhamento escolar.

Diante da conturbada vivência escolar do adolescente, e de sua apresentação infantilizada, a equipe técnica avalia com cautela uma escola para que [nome do adolescente] retome seus estudos, levando em consideração sua idade, seu interesse, suas condições cognitivas e seu perfil. Contudo, a matrícula do adolescente será realizada ainda no mês de outubro de 2013. [P50 - , Masculino, - , Reside com a mãe, 8 E.F.]

As visitas domiciliares, isto é, a situação na qual os técnicos do socioeducativo visitam a residência dos jovens proporcionam outras camadas de contexto aos operadores do sistema. Desse modo, mais do que vincular as características e trajetórias dos adolescentes aos encaminhamentos, estas buscam descrever o território, as condições materiais de moradia, os

efeitos da medida sobre o comportamento do adolescente, as relações familiares, além de confirmar informações levantadas anteriormente.

Em visita domiciliar realizada na data 18.09.2014, estavam no local Sra. [nome da genitora] e [nome da irmã do adolescente]. Foi observado que o local tem acesso fácil a comércios, ao transporte público e à delegacia. Se trata de um bairro localizado na Regional Norte – [nome do bairro], com ruas pavimentadas e construções ao redor em bom estado de conservação. Residem no local além de [nome do adolescente], a genitora e as duas irmãs. Se trata de um imóvel alugado no Bairro [nome do bairro], onde residem há dois anos; no terreno possui construções de dois imóveis, sendo que em um deles reside a avó materna. Quanto à divisão dos cômodos, há uma sala, uma cozinha, uma área de serviço, dois banheiros e dois quartos. Em um Quarto dormem a [nome da genitora] e as duas filhas e no outro quarto dorme [nome do adolescente]. [P34 – 16 anos, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 2 E.M.]

De modo geral, a interlocução com membros da família do adolescente permite conhecer o perfil deste e aprofundar-se em detalhes sobre suas relações com os membros de sua família e a economia de afetos associada a esta. Isso possibilita que os técnicos do socioeducativo possam fazer aferições e classificações sobre a qualidade dos laços familiares, relacionando os estilos de parentalidade com a adesão a uma trajetória infracional ou com uma boa execução da medida socioeducativa.

Já em relação à avaliação psicossocial da família, constatou-se, através de entrevista psicológica, que a mesma apresenta uma vinculação afetiva positiva, sendo capaz, diante de crises e conflitos, buscar o fortalecimento e o desenvolvimento deste vínculo e não o seu rompimento; fator de apoio primordial para que o adolescente possa se envolver e cumprir a medida socioeducativa. [P101 – 16 anos, Masculino, Preto, Reside com a mãe, 8 E.F.]

Aliando sua trajetória infracional e o contexto familiar em que a adolescente se instaura, percebe-se uma certa dificuldade no exercício de papéis parentais, principalmente nas relações entre mãe e filha. Apesar da genitora ter voz mais ativa do que o genitor dentro do seio familiar, ainda assim observa-se uma superproteção por parte da mãe em relação aos filhos, principalmente em relação a [nome da adolescente]. Inclusive nos foram passados relatórios pela rede social de atendimento do município, que apontam até mesmo atitudes de negligência por parte da Sra. [nome da genitora], alegando que, em alguns momentos, esta chega a acobertar as filhas [nome da adolescente] e [nome da irmã da adolescente] (também envolvida com a criminalidade) em suas atuações, omitindo informações importantes. [P113 – 17 anos, Feminino, Branco, Reside com pai e mãe, 8 E.F.]

Ainda no que tange ao levantamento, confirmação ou triangulação das informações, os técnicos do socioeducativo também buscam articular-se com instituições da rede socioassistencial. Assim, são acionados equipamentos como o CRAS, o CREAS, Conselho Tutelar, Centros de Saúde e instituições de abrigamento para garantir a confiabilidade das informações e reconstruir as trajetórias do adolescente sob intervenção. Este expediente também pode ser tomado como indício da complexidade de casos específicos, uma vez que, exige um grande esforço para estabelecer ‘o que realmente ocorreu’.

A família é referenciada ao Centro de Saúde [nome do equipamento], todavia, em reunião com a equipe do centro de saúde, percebemos que a família tem cadastro, porém, o mesmo apresenta muitas lacunas, ausência de informações, membros da família que não estavam no cadastro, como, por exemplo, o adolescente que atendo. O serviço fez uma conversa com a médica [nome do profissional], [nome do profissional], psicólogo do NASF, a assistente social [nome do profissional] e a técnica [nome do profissional] do CRAS [nome do equipamento]. Foi agendado atendimento coletivo dia 17.10.2013 às 7:20h no centro de saúde. [nome do profissional] trouxe algumas questões que estavam postas no prontuário da família que diz de uma gravidez de alto risco, uso de drogas, bebê que nasceu com problemas e ausência de acompanhamento destas questões [P46 – 13 anos, Masculino, - , Reside com a mãe, 1 E.F.]

Assim, entramos em contato com a técnica [nome do profissional], do Abrigo onde o adolescente está residindo. Ao que ela relatou que a genitora demonstra ser pouco presente na vida do adolescente, sendo assim, faremos uma discussão do caso com a rede socioassistencial de modo a entender melhor a história do adolescente, que já teve trajetória de vida nas ruas, e articular meios de fortalecer os vínculos familiares. [P37 – 14 anos, Masculino, Pardo, Trajetória de rua/abrigamento, 7 E.F.]

Quanto à relação do adolescente com a comunidade; a dinâmica é conturbada, posto que existem indícios de uma ameaça na região onde o adolescente reside, devido ao envolvimento do mesmo no tráfico. Tal situação está em fase de averiguação junto à família e junto aos dispositivos de rede. [P68 – 16 anos, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

A interlocução com o adolescente, sua família e os diversos equipamentos da rede capacita os técnicos do socioeducativo a formular e solidificar hipóteses sobre as causas do cometimento de um ato infracional ou do desenvolvimento de uma trajetória infracional por parte do adolescente sob intervenção. Estas hipóteses geralmente estão associadas com questões relativas à dinâmica familiar como a existência de situações de conflito, negligência, violência doméstica e a ausência de figuras de referência capazes de exercer um papel de supervisão, especialmente a figura paterna. Além disso, há eventos responsáveis por desarticular a rede familiar tais como a morte de um familiar, o divórcio ou uma mudança residencial. As situações de vulnerabilidade socioeconômica vivenciadas pelas famílias dos adolescentes aparecem apenas lateralmente nas hipóteses formuladas pela equipe técnica.

A equipe percebe que o cometimento de seus atos infracionais pode se relacionar com o fato de o adolescente não ter conhecido seu pai e com o relacionamento conturbado que ele tem com o padrasto. Para melhor construção do caso, questões relacionadas ao ato infracional e questões subjetivas, como a do pai, serão melhor trabalhadas com o adolescente nos diversos espaços, pois o adolescente ainda apresenta uma postura muito arredia e trata tais questões de maneira superficial, não permitindo intervenções mais claras e efetivas. [P20 – 15 anos, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

A equipe percebe que um dos fatores que podem ter levado o adolescente a entrar na criminalidade foi a separação dos pais. Ao tratar desta questão é percebido certa revolta na fala do adolescente, principalmente por não ter o nome do pai em seu registro de nascimento. Diante destas questões, faz-se necessário trabalhar com o adolescente as questões subjetivas que perpassam por suas escolhas para que posteriormente o adolescente consiga se reposicionar e vislumbrar outras possibilidades que não perpassem pela criminalidade. [P196 – 14 anos, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

As hipóteses formuladas pela equipe também costumam contemplar a relação do adolescente sob intervenção com as drogas. As hipóteses baseadas nessa relação podem ser formuladas tanto com as drogas funcionando como um retro alimentador da trajetória infracional, como meio de fuga ou ainda como alienação frente a eventos traumáticos acontecidos no âmbito familiar.

A partir dos relatos acima, percebe-se que os atos infracionais cometidos pelo adolescente estão relacionados ao uso abusivo de drogas. Ele se declara usuário compulsivo e em nenhum momento falou de outro objetivo para o roubo que não fosse a compra de entorpecentes. Pedia as pessoas drogas e dinheiro e quando não conseguia, encontrava como solução o furto e o roubo para adquiri-las. [P67 – 17 anos, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 6 E.F.]

A equipe acredita que toda trajetória criminal de rua do adolescente e o uso abusivo das drogas podem ter sido uma maneira que o adolescente encontrou para fugir da elaboração do luto pela perda de seu genitor e a sucessiva substituição do mesmo pelo padrasto. Segundo o adolescente em atendimento: “eu gostava do meu pai... ele morreu quando eu tinha cinco anos... minha mãe tem meu padrasto e eu não gosto dele (sic)” [...] A equipe percebe que o adolescente passa a cometer pequenos furtos para sustentar seu vício, mas para além disto, percebe que seu envolvimento com a criminalidade e com as drogas pode ter sido uma fuga que ele encontrou por não conseguir trabalhar as questões subjetivas que perpassam pela morte de seu genitor [P141 – 14 anos, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

As hipóteses relacionadas à influência dos pares geralmente são associadas com as hipóteses do âmbito familiar. Nesses casos, observamos que as hipóteses da equipe do socioeducativo associam a influência dos pares à fraqueza dos laços familiares, sendo essa influência também apontada como mecanismo responsável por afrouxar esses laços.

A equipe técnica realiza uma leitura do contexto social no qual o adolescente está inserido na cidade de [cidade da RMBH], no sentido de compreender que o socioeducando reside ao lado de pessoas atuantes diretamente na criminalidade local, sendo “convidado” a todo o momento a estar nestes espaços. Além disso, é movido de um desejo, que é único dele, de participar desses eventos relacionados à criminalidade, sofrendo também com a ausência dos genitores para acompanhamento e orientação. Percebemos que a família fica dividida entre pai, mãe e parentes paternos, e que as relações sociais deste adolescente vão sendo conduzidas conforme ele observa como a família se impõe a ele. Esta se ausenta de culpa por qualquer atuação ou erro do jovem, que é educado por paternos. Não existe diálogo entre o pai e filho, a mãe precisa de um local para apoio e tratamento psicológico, no sentido de esvaziar toda angústia e sofrimento que sente, no sentido de ser mais firme e presente tanto na vida e no acompanhamento da MSE de Semiliberdade, trazendo o pai para essa responsabilidade. [P109 – 17 anos, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 6 E.F.]

A equipe técnica percebe diante dos atendimentos realizados com o adolescente e sua família que as relações que [nome do adolescente] construiu ao seu redor estão todas relacionadas com a criminalidade, nas quais também ele envolve sua família, quando fica envolvido com gangues e devendo drogas. O adolescente precisa ser acompanhado de perto. [P50 - - , Masculino, - , Reside com a mãe, 8 E.F.]

Esse tipo de hipótese se aproxima da teoria da rotulação, uma vez que o enfraquecimento ou mesmo a fraqueza intrínseca dos laços familiares levaria a um estreitamento dos laços com

pares desviantes e a formação de identidades ou ontologias desviantes por parte dos adolescentes.

Aferimos que os atos infracionais estejam endereçados à falta de referência positiva que lhe apresentasse as normas e regras sociais. Parece que o óbito do pai e as más companhias contribuíram para que [nome do adolescente] buscasse na criminalidade um lugar de pertencimento. [P59 – 17 anos, Masculino, Branco, Reside com a Mãe, 9 E.F.]

Segundo informações da técnica do NAMSEP, que acompanha o presente caso, os grupos com os quais [nome do adolescente] começou a cometer pequenos furtos ofereceu um aparato para o adolescente se organizar psiquicamente, pois nesta época que ele desencadeia uma crise psiquiátrica. Apesar de a criminalidade ser uma forma disfuncional da pessoa se estabilizar psiquicamente, no caso de [nome do adolescente] teve uma função de não acentuar o surto psicótico, pois ele buscou um grupo para se identificar e buscar apoio. [P215 – 17 anos, Masculino, Branco, Trajetória de rua/abrigamento, 3 E. F.]

Em menor grau, também observamos hipóteses relacionadas à condição de saúde mental dos adolescentes. Essas hipóteses também podem aparecer relacionadas à narrativa familiar e aos efeitos de eventos traumáticos acontecidos nesse âmbito, demonstrando assim a centralidade das questões familiares para os técnicos do socioeducativo.

Outra questão foco para a equipe é a questão mental do adolescente que necessita de maior investigação, haja vista os relatos da mãe de possíveis maus tratos por parte de uma “madrinha” e que poderiam ter influenciado no uso de drogas e no envolvimento com a criminalidade, assim como os relatos clínicos de dificuldade de compreensão e aprendizado. [P49 -15 anos, Masculino, - , Reside com pai e mãe, 6 E.F.]

No relatório de acompanhamento, esse escrutínio ainda inclui a descrição das atividades nas quais os adolescentes foram inseridos nas unidades que executam as medidas em meio fechado, avaliações comportamentais e as alterações que as atividades e encaminhamentos promoveram no comportamento dos adolescentes. Deste modo, cada eixo da medida é uma oportunidade para avaliar a atitude e o comprometimento dos jovens.

No que diz respeito ao esporte, [nome do adolescente] menciona que gosta de jogar bola e que gostaria de fazer um curso de natação. Nas atividades ofertadas pelo Projeto Superação, o adolescente tem participado continuamente demonstrando interesse e assiduidade. A auxiliar educacional pontua que [nome do adolescente] respeita as normas da atividade bem como as intervenções do educador físico do projeto. [P50 - - , Masculino, - , Reside com a mãe, 8 E.F.]

No curto período de tempo que o adolescente ficou sem acesso ao médico psiquiátrico, devido a uma organização da rede local de sua cidade, após acautelamento, percebia-se [nome do adolescente] mais agitado e agressivo com os demais socioeducandos e profissionais da instituição. Ele não levava a sério o cumprimento da medida e sempre que eram realizadas intervenções com ele, afirmava que iria evadir do cumprimento da medida. Com a entrada da medicação, o adolescente vem conseguindo se organizar, demandando e realizando os encaminhamentos solicitados por ele, como a confecção dos documentos, a inserção no espaço escolar, as visitas familiares e demais eixos da MSE, mas sempre com intervenções provenientes da equipe da CSL. [P348 – 15 anos, Masculino, Branco, Reside com a mãe, 6 E.F.]

Neste sentido, as atividades e encaminhamentos são formuladas como meio de intervir no comportamento dos adolescentes, sendo a rotina institucional planejada o meio para a transformação. Da mesma forma, dificuldades de adaptação ao ambiente institucional e os conflitos surgidos neste meio funcionam como um indicador para a equipe técnica de que esta transformação ainda não está em processo.

Na rotina da Unidade, [nome do adolescente] é colaborativo na organização da casa, sendo destacado pelo zelo e determinação em cumprir as atividades propostas. Além disso, raramente transgredir as normas disciplinares. Frequentemente, [nome do adolescente] é enaltecido com visitas extras à família em virtude de seu comportamento, e o adolescente retorna nos horários pré-estabelecidos pelo Regimento Único da Semiliberdade [P186 – 16 anos, Masculino, Pardo, Reside com o pai, 8 E.F.]

Em relação ao cumprimento de medida no CEAD [nome do equipamento], de acordo com relatos em seu prontuário, [nome do adolescente] chegou à unidade com uma postura imatura, demonstrando dificuldade em lidar com as situações de conflito que apareciam, entrando em medidas disciplinares diversas vezes por brincadeiras e desentendimentos com adolescentes e educadores, demonstrando não possuir um devido juízo frente às próprias atitudes. [P32 – 15 anos, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 1 E.M.]

Nos casos analisados, o processo de responsabilização, passa pela formulação de um discurso que busca desidentificar o sujeito da noção de criminalidade através do reconhecimento da gravidade dos atos, do consentimento e do comprometimento com a medida socioeducativa imposta, da reflexão sobre as consequências da trajetória infracional para si mesmo e para as outras pessoas de seu ciclo de convivência. As narrativas de responsabilização também mobilizam eventos como a paternidade e o alcance da maioridade penal como pontos de virada que permitiriam a elaboração de um novo projeto de vida alinhado a papéis conformistas como o de “trabalhador” ou “pai de família”.

A equipe desta Unidade avalia que o jovem consente com a medida recebida, além de afirmar que esta foi “merecida”. Este, em atendimentos, relata considerar a presente medida como sua “última chance”, já que a recebeu em fevereiro e no mês seguinte completou dezoito anos. [nome do adolescente] afirma ter o desejo de cumprir a presente medida de forma responsável, e informa que o fato de ter completado a maioridade lhe fez refletir sobre vários aspectos de sua vida, dentre eles, o envolvimento com a prática infracional. A equipe desta Unidade avalia, ainda, que o jovem compreende a gravidade dos atos cometidos, além de apresentar um discurso maduro frente às escolhas que pretende fazer para si, quando for desligado. Outro ponto que merece ser mencionado é o fato de o jovem não apresentar um discurso identificado com a criminalidade. [nome do adolescente], ao relatar sobre os atos praticados, o faz de forma clara e objetiva, porém, ressalta, a todo momento, saber que estes foram graves e passíveis de punição. Parece que a internação veio em um momento importante tendo um papel de limite já que o jovem relata várias tentativas sem sucesso de parar de infracionar sozinho. Apesar de não ter sido possível parar por conta própria, [nome do adolescente] já apresenta uma posição mais madura, demonstrando estar disposto a construir uma história diferente [P38 – 17 anos, Masculino, Pardo, Reside com a mãe, 5 E.F.]

Hoje, porém, já é capaz de reconhecer, em atendimentos, que o esforço despendido por ele não vale a pena, uma vez que acabou perdendo sua liberdade e no momento atual, a namorada tem falhado em acompanhá-lo. Sobre as evasões e fugas do sistema, [nome do adolescente] conta

que percebeu que não são benéficas, pois acaba retornando ao sistema de qualquer forma e ainda prejudica seu processo. O adolescente tem verbalizado o desejo de se desvincular da ilicitude por meio do ingresso no mercado de trabalho, especialmente considerando que será pai em breve e que deve sustentar seu filho e ser um exemplo para ele. Por isso, tem demandado constantemente da equipe que o ajudemos a conseguir um emprego. O adolescente recebeu medidas em meio aberto, mas não demonstrou responsabilidade no cumprimento das mesmas. [P51 – 14 anos, Masculino, -, Reside com a avó, 6 E.F.]

## Considerações finais

Diante disso,

A impossibilidade de aferir corretamente a transformação do adolescente a partir de seu comportamento na unidade não é percebida, assim, como limitação do próprio procedimento interpretativo, mas como evidência de que o adolescente pertence a um tipo impossível de transformar: o "estruturado no crime". Dessa maneira, os limites da ação institucional - nos casos em que o adolescente volta a cometer atos infracionais - são elaborados, novamente, a partir do recurso a fatores "estruturais": a medida pode não surtir o efeito pretendido porque o adolescente exibe o crime como condição permanente - porque é "estruturado no crime" - ou porque ele retorna ao "meio" causador da prática. (Almeida, 2016: 225)

Dessa forma, os técnicos do socioeducativo podem recorrer a explicações holistas e atomistas para justificar a reincidência. É essa a forma pela a qual “o Estado constrói, desde a margem, a distinção entre aqueles que são aptos a voltar para o convívio da sociedade e os reincidentes” (MALVASI, 2012: 261). Assim, podemos perceber que os procedimentos e as técnicas socioeducativas possuem uma racionalidade governamental capaz de capilarizar suas formas de poder até o território, a moradia e o núcleo familiar dos adolescentes (MALVASI, 2012).

Dessa maneira, o PIA configura-se como uma extensão do inquérito que ultrapassa o esclarecimento do ato infracional e busca escrutinar os mínimos detalhes das trajetórias de vida dos adolescentes sob intervenção e seus familiares. No PIA, o sujeito transformado em caso, torna-se um objeto passível de ser individualizado, medido, categorizado, comparado e agrupado segundo suas qualidades, competências e aptidões, o que demonstra concretamente a incorporação de conhecimentos médicos, pedagógicos, psicológicos e outros aos saberes jurídicos. Neste contexto, nossa análise indica que as teorias e tipificações usadas pelos operadores do Sistema de Justiça Juvenil para interpretar o desenvolvimento de uma trajetória infracional privilegia os vínculos familiares, estando as outras dimensões (como o uso de drogas ou o relacionamento com o pares) subordinados a eles. Essa situação pode levar à estruturação daquilo que Garland (2009) chama de 'criminologia do outro', isto é, na qual

imperava o ideal lombrosiano de que adolescentes mal socializados, vítimas de processos de acúmulo de desvantagens de vários tipos ou violentos seriam anormais, criminosos em sua essência e, portanto, irrecuperáveis. Nesse sentido, o processo de cumprimento de uma medida socioeducativa e as constantes avaliações feitas pelos técnicos podem engatilhar processos de sujeição criminal (MISSE, 2008)

Além disso, é possível visualizar nos procedimentos adotados pelos técnicos do socioeducativo na construção do PIA um alinhamento a ideais disciplinares que visam corrigir e produzir sujeitos dóceis e conformistas, além do emprego de táticas de gestão populacional, condução e alinhamento das condutas aos interesses e razões do Estado (FOUCAULT, 1997). Assim, o governo das rotinas levado a cabo nas medidas de meio fechado, as tentativas de sensibilização e os encaminhamentos seriam dispositivos capazes de causar transformações no comportamento dos adolescentes.

Por outro lado, a ênfase na dimensão da responsabilização traz à baila a questão da agência. Coloca-se, assim, o jovem como alguém que explora individualmente os riscos, as perdas, e as benesses de suas escolhas, isto é, um empreendedor de si (MALVASI, 2012), um hedonista racional (GARLAND, 2009) ou um sujeito dotado de reflexividade. Este quadro aponta que as teorias e tipificações dos operadores sobre a efetividade da ‘transformação’ operaram sobre os discursos relacionados à subjetividade dos sujeitos e a capacidade destes de se alinharem com as expectativas institucionais na elaboração de um relato sobre suas expectativas quanto ao futuro.

## Bibliografia

ALMEIDA, B. G. M. Racionalidade prática do isolamento institucional: um estudo da execução da medida socioeducativa de internação em São Paulo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2016.

ALMEIDA, B. G. M. A produção do fato da transformação do adolescente: uma análise dos relatórios utilizados na execução da medida socioeducativa de internação. *Plural-Revista de Ciências Sociais* 24.1, 28-53, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. AMADO, J. & FERREIRA, M. M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CICOUREL, Aaron V. The social organization of juvenile justice. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1968

FOUCAULT, Michael. O Nascimento da Biopolítica; Martins Fontes: 2008.

FOUCAULT, Michael. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões; Petrópolis: Vozes, 1997.

GARLAND, David. The limits of the sovereign states: strategies of Crime Control in Contemporary Society. The British Journal of Criminology, v. 36, n. 4, p. 445-471, 1996.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

MISSE, Michel. Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Revan, 2008.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira et al . Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 122, p. 341-356, June 2015